

Destaques da sessão plenária de 3 a 6 de abril de 2017, Estrasburgo

Brexit: PE define condições para aprovar acordo de saída do Reino Unido

A Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu discutiu ontem, após o governo britânico ter acionado o artigo 50.º do Tratado da UE, uma proposta de resolução que define as condições que devem estar preenchidas para o PE aprovar o acordo de saída do Reino Unido da União. O documento será votado em plenário na próxima quarta-feira, em Estrasburgo. Antes da votação, os eurodeputados vão explicar quais são as suas prioridades e linhas vermelhas para o futuro acordo.

4

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para ajuda à Madeira

A proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para prestar assistência a Portugal na sequência dos incêndios na Madeira, em agosto do ano passado, vai ser votada na comissão parlamentar dos Orçamentos na segunda-feira e em plenário na quarta-feira. O montante total da ajuda à Madeira ascende a 3 925 000 euros. O relator do Parlamento Europeu é o eurodeputado José Manuel Fernandes.

6

Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, convidado para debate no PE

O Parlamento Europeu convidou o presidente do Eurogrupo para um debate sobre o ponto da situação da segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia, agendado para terça-feira, às 15h00. Jeroen Dijsselbloem já declinou vários convites para debater o resgate grego em plenário.

8

Presidente da Alemanha discursa perante os eurodeputados

O Presidente da República Federal da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, vai discursar no Parlamento Europeu na terça-feira, ao meio dia. Steinmeier, anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, foi eleito no passado dia 12 de fevereiro e iniciou funções em 19 de março. É o quarto chefe de Estado alemão a discursar no PE, depois de Roman Herzog, em 1995, Johannes Rau, em 2001, e Horst Köhler, em 2006.

9

Dispositivos médicos sujeitos a controlos mais rigorosos na UE

Os dispositivos médicos, como implantes mamários, pacemakers e próteses da anca, vão ser submetidos a controlos mais exigentes em toda a UE para garantir a segurança dos pacientes. As regras que serão votadas em plenário na quarta-feira visam assegurar uma melhor rastreabilidade destes produtos e fortalecer a supervisão

dos organismos de certificação. O PE vai também votar legislação sobre os dispositivos de diagnóstico in vitro, usados em testes de gravidez, ADN ou HIV.

10

Recomendações da comissão de inquérito do PE sobre a medição das emissões automóveis

O Parlamento Europeu vai debater e votar na terça-feira as recomendações da comissão de inquérito sobre a medição das emissões no setor automóvel (EMIS), criada após o escândalo da Volkswagen. Os eurodeputados querem que o executivo comunitário e os Estados-Membros reforcem as medidas para prevenir eventuais práticas ilegais por parte dos fabricantes de automóveis, que apliquem corretamente as regras em vigor e que assegurem uma fiscalização eficaz do mercado e sanções dissuasivas.

11

Debate sobre as práticas fraudulentas no setor da carne no Brasil

Na sequência do esquema de fraude revelado pela operação “Carne Fraca” no Brasil, os eurodeputados vão pedir à Comissão Europeia que forneça pormenores sobre as importações das carnes adulteradas para a UE. Os parlamentares querem também saber por que razão esta fraude não foi detetada pelos controlos europeus, o que vai a UE fazer depois destas revelações e qual será o seu impacto nas negociações comerciais em curso com os países do Mercosul. O debate em plenário realiza-se na segunda-feira.

12

Roaming: PE vota limites máximos para os mercados grossistas

As regras que limitam o valor que os operadores de redes móveis podem cobrar uns aos outros quando alguém faz chamadas, envia mensagens de texto ou navega na Internet noutro país da UE vão ser votadas pelos eurodeputados na quinta-feira. Esta reforma do mercado grossista de itinerância é o ato legislativo que falta para que as taxas de “roaming” pagas pelos consumidores possam ser abolidas em 15 de junho deste ano.

14

Isenção de vistos para os cidadãos ucranianos

Os cidadãos da Ucrânia vão ficar isentos da obrigação de visto para estadas de curta duração na UE, de acordo com um regulamento já negociado com o Conselho que vai ser votado no Parlamento Europeu na quinta-feira. A isenção aplica-se aos ucranianos que sejam titulares de passaportes biométricos e que viajem para a UE por um período máximo de 90 dias por cada período de 180 dias, por exemplo, para visitar familiares, em turismo ou negócios. Estas regras deverão ser aplicáveis a partir de junho.

16

Juntos para dar resposta aos fluxos de refugiados e migrantes

Os movimentos de refugiados e migrantes exigem uma abordagem multilateral baseada em soluções coordenadas e na antecipação de possíveis crises futuras, diz um relatório de duas comissões parlamentares que vai ser debatido na terça-feira e votado no dia seguinte. Os eurodeputados saúdam a campanha “Together”, lançada pela ONU para reduzir as perceções e as atitudes negativas em relação aos refugiados e migrantes, instando as instituições da UE a cooperarem com a ONU em apoio desta campanha.

18

Discurso do ódio, populismo e notícias falsas nas redes sociais

As respostas da UE ao discurso do ódio, ao populismo e às notícias falsas (“fake news”) nas redes sociais vão ser tema de debate na quarta-feira, a partir das 15h00. O

novo Regimento do PE, que entrou em vigor em janeiro, estabelece que, em cada período de sessões, o projeto de ordem do dia pode prever um ou dois períodos com uma duração de, pelo menos, 60 minutos para debater temas da atualidade que sejam importantes para a política da UE. 20

Óleo de palma não deve ser utilizado para produzir biodiesel

Os eurodeputados vão pedir à Comissão que tome medidas para eliminar gradualmente, de preferência até 2020, a utilização de óleos vegetais que são uma causa de desflorestação, incluindo o óleo de palma que é utilizado na produção de biodiesel. O relatório da comissão parlamentar do Ambiente nota que 46% das importações totais de óleo de palma para a UE se destinam à produção de biodiesel e que isto implica a utilização de cerca de um milhão de hectares de solos tropicais. 21

Outros assuntos em destaque

Revisão do Quadro Financeiro Plurianual / Schengen / Tráfico de seres humanos 22

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2017-04-03>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparTV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

[Podcasts do Serviço de Estudos do PE](#)

Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

Brexit: PE define condições para aprovar acordo de saída do Reino Unido

A Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu discutiu ontem, após o governo britânico ter acionado o artigo 50.º do Tratado da UE, uma proposta de resolução que define as condições que devem estar preenchidas para o PE aprovar o acordo de saída do Reino Unido da União. O documento será votado em plenário na próxima quarta-feira, em Estrasburgo. Antes da votação, os eurodeputados vão explicar quais são as suas prioridades e linhas vermelhas para o futuro acordo.

A proposta de resolução que vai ser votada em plenário destaca a elevada importância dada pelo PE a que seja garantido um tratamento justo aos cidadãos dos 27 Estados-Membros da UE, realçando a necessidade de reciprocidade e de não-discriminação entre os cidadãos do Reino Unido a viver na UE e os cidadãos da UE a viver no Reino Unido.

“Uma saída organizada é requisito obrigatório e uma pré-condição para qualquer futura parceria entre a UE e o Reino Unido. Isto não é negociável. O privilégio de se ser membro da União traz responsabilidades e estas significam garantir as quatro liberdades da UE, que são o nosso elo de ligação e que são indivisíveis”, afirmou o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, no dia 29 de março.

“Para nós, é uma prioridade absoluta a definição urgente dos direitos dos cidadãos. Este deve ser o primeiro assunto a ser tratado nas negociações. Os cidadãos não devem tornar-se no bode expiatório das negociações”, afirmou Guy Verhofstadt, coordenador do PE para o Brexit.

Debate: 5/04/2017

Votação: 5/04/2017

Processo: resolução

Mais informação

[Comunicado de imprensa - Brexit: Eurodeputados definem condições para aprovar acordo de saída do Reino Unido \(29 de março de 2017\)](#)

[Proposta de resolução \(em inglês\)](#)

[Vídeo da conferência de imprensa do presidente do PE e do coordenador do PE para o Brexit \(29 de março de 2017\)](#)

[Informação sobre o artigo 50.º do Tratado da UE \(Infografia e vídeo\)](#)

[Serviço de Estudos do PE: A saída do Reino Unido da UE - Questões legais e processuais](#)

[Fotos, vídeos e áudio](#)

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para ajuda à Madeira

A proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para prestar assistência a Portugal na sequência dos incêndios na Madeira, em agosto do ano passado, vai ser votada na comissão parlamentar dos Orçamentos na segunda-feira e em plenário na quarta-feira. O montante total da ajuda à Madeira ascende a 3 925 000 euros. O relator do Parlamento Europeu é o eurodeputado José Manuel Fernandes.

Entre 8 e 13 de agosto de 2016, a ilha da Madeira sofreu grandes incêndios florestais, que consumiram uma área de 6 000 hectares. Resultaram na destruição de infraestruturas públicas essenciais, edifícios públicos, habitações particulares, estabelecimentos comerciais e explorações agrícolas.

No seu pedido de mobilização do FSUE, recebido pela Comissão Europeia em 21 de setembro de 2016, as autoridades portuguesas estimaram em 157 milhões de euros o montante total dos prejuízos diretos causados pela catástrofe. Uma vez que tal representa 3,84% do PIB da Madeira, superando o limiar de 1%, a catástrofe é considerada uma “catástrofe regional” na aceção do artigo 2.º, n.º 3, do [Regulamento FSUE](#).

As autoridades portuguesas estimaram o custo das operações essenciais de emergência elegíveis em 7 347 milhões de euros, dos quais mais de 1 816 milhões de euros dizem respeito a custos de alojamento temporário e 1 756 milhões de euros a operações de limpeza.

A região afetada insere-se na categoria das “regiões menos desenvolvidas” para efeitos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020. As autoridades portuguesas manifestaram à Comissão a sua intenção de redistribuir o financiamento dos programas do FEEI a favor de medidas de recuperação.

Portugal solicitou o pagamento de um adiantamento, que foi concedido pela Comissão em 9 de novembro de 2016, no valor de 392 500 euros. Este montante foi pago integralmente.

Em conformidade com a prática passada, a Comissão propõe aplicar a percentagem de 2,5% dos prejuízos diretos totais, na medida em que se situa abaixo do limiar de Portugal para “catástrofes de grandes proporções”. O montante total da ajuda proposta ascende, por isso, a 3

925 000 euros.

A proposta de mobilização do FSUE - que prevê também a prestação de assistência financeira ao Reino Unido, na sequência das inundações ocorridas entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, e a Chipre relativamente à grave seca sentida desde outubro de 2015 e aos incêndios de junho de 2016 - requer a aprovação paralela do projeto de orçamento retificativo n.º 1/2017. Esta é a primeira decisão de mobilização do FSUE em 2017.

A fim de reduzir ao mínimo o tempo necessário para a mobilização do FSUE, esta decisão será aplicável a partir da data da sua adoção.

O FSUE foi criado para apoiar financeiramente os Estados-Membros da UE e os países candidatos à adesão na eventualidade de catástrofes naturais. O Fundo foi criado por ocasião das graves inundações que assolaram a Europa Central no verão de 2002.

Votação na comissão parlamentar dos Orçamentos: 3/04/2017

Votação em plenário: 5/04/2017

Processo: orçamental

Relatores: José Manuel Fernandes (PPE, PT), sobre a proposta de decisão relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) para prestar assistência ao Reino Unido, a Chipre e a Portugal, e Jens Geier (S&D, DE), sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 1/2017 que acompanha a proposta de mobilização do FSUE

Mais informação

[Projeto de relatório sobre a proposta de decisão relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para prestar assistência ao Reino Unido, a Chipre e a Portugal](#)
[Projeto de relatório sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 1/2017 ao orçamento geral de 2017 que acompanha a proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para prestar assistência ao Reino Unido, a Chipre e a Portugal](#)
[Página web da Comissão Europeia sobre o Fundo de Solidariedade da UE](#)

Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, convidado para debate no PE

O Parlamento Europeu convidou o presidente do Eurogrupo para um debate sobre o ponto da situação da segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia, agendado para terça-feira, às 15h00. Jeroen Dijsselbloem já declinou vários convites para debater o resgate grego em plenário.

Numa reunião da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários, em 21 de março, vários eurodeputados solicitaram ao presidente do Eurogrupo que pedisse desculpas pelos comentários “insultuosos, rudes e sexistas” em relação aos países do Sul, tendo alguns pedido em seguida a sua demissão.

Debate: 4/04/2017

Mais informação

[Vídeo do debate com Jeroen Dijsselbloem na comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários, em 21 de março de 2017](#)

Presidente da Alemanha discursa perante os eurodeputados

O Presidente da República Federal da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, vai discursar no Parlamento Europeu na terça-feira, ao meio dia. Steinmeier, anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, foi eleito no passado dia 12 de fevereiro e iniciou funções em 19 de março. É o quarto chefe de Estado alemão a discursar no PE, depois de Roman Herzog, em 1995, Johannes Rau, em 2001, e Horst Köhler, em 2006.

Sessão solene: 4/04/2017

Mais informação

[Sítio web do Presidente da República Federal da Alemanha](#)

Dispositivos médicos sujeitos a controlos mais rigorosos na UE

Os dispositivos médicos, como implantes mamários, pacemakers e próteses da anca, vão ser submetidos a controlos mais exigentes em toda a UE para garantir a segurança dos pacientes. As regras que serão votadas em plenário na quarta-feira visam assegurar uma melhor rastreabilidade destes produtos e fortalecer a supervisão dos organismos de certificação. O PE vai também votar legislação sobre os dispositivos de diagnóstico *in vitro*, usados em testes de gravidez, ADN ou HIV.

Os dispositivos médicos e dispositivos médicos de diagnóstico *in vitro* abrangem uma vasta gama de produtos, desde artigos de utilização doméstica como pensos rápidos, lentes de contacto e testes de gravidez, a produtos para obturação dentária, máquinas de raios X, pacemakers, implantes mamários, próteses da anca e testes de despistagem do VIH.

O escândalo sobre os implantes mamários fraudulentos em silicone e os problemas causados por certas próteses da anca de metal sobre metal trouxeram estas questões à atenção do público.

As regras que vão ser votadas pelo PE, já negociadas com os governos nacionais, visam reforçar os controlos de segurança dos dispositivos médicos, assegurar uma melhor rastreabilidade dos mesmos e fortalecer a supervisão dos organismos de certificação, tendo em vista garantir a segurança dos pacientes.

Debate: 4/04/2017

Votação: 5/04/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), segunda leitura

*Relatores: Glenis Willmott (S&D, UK), sobre o regulamento relativo aos dispositivos médicos, e Peter Liese (PPE, DE), sobre o regulamento relativo aos dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro**

Mais informação

[Texto do acordo relativo aos dispositivos médicos](#)

[Texto do acordo relativo aos dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro*](#)

Recomendações da comissão de inquérito do PE sobre a medição das emissões automóveis

O Parlamento Europeu vai debater e votar na terça-feira as recomendações da comissão de inquérito sobre a medição das emissões no setor automóvel (EMIS), criada após o escândalo da Volkswagen. Os eurodeputados querem que o executivo comunitário e os Estados-Membros reforcem as medidas para prevenir eventuais práticas ilegais por parte dos fabricantes de automóveis, que apliquem corretamente as regras em vigor e que assegurem uma fiscalização eficaz do mercado e sanções dissuasivas.

Os eurodeputados vão votar no mesmo dia a proposta legislativa relativa à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor, que visa aumentar a qualidade e a independência dos ensaios efetuados aos veículos antes de serem colocados no mercado e melhorar a supervisão a nível nacional e europeu dos veículos já em circulação.

Debates: 4/04/2017

Votação: 4/04/2017

Processo: relatório final e recomendações da comissão de inquérito à medição das emissões no setor automóvel - relatório de iniciativa; proposta relativa à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor - processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relatores da comissão de inquérito sobre a medição das emissões automóveis: Jens Gieseke (PPE, DE) e Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE, NL)

Relator sobre a proposta legislativa relativa à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor: Daniel Dalton (ECR, UK)

Mais informação

[Projeto de recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho e à Comissão na sequência do inquérito sobre a medição das emissões no setor automóvel](#)

[Relatório final sobre o inquérito à medição das emissões no setor automóvel](#)

[Relatório sobre a proposta de regulamento relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor](#)

Debate sobre as práticas fraudulentas no setor da carne no Brasil

Na sequência do esquema de fraude revelado pela operação “Carne Fraca” no Brasil, os eurodeputados vão pedir à Comissão Europeia que forneça pormenores sobre as importações das carnes adulteradas para a UE. Os parlamentares querem também saber por que razão esta fraude não foi detetada pelos controlos europeus, o que vai a UE fazer depois destas revelações e qual será o seu impacto nas negociações comerciais em curso com os países do Mercosul. O debate em plenário realiza-se na segunda-feira.

O Brasil é o maior fornecedor de carne da UE, exportando todos os anos centenas de milhares de toneladas de carne de bovino e de frango para o bloco europeu.

Pergunta da comissão parlamentar da Agricultura à Comissão Europeia A operação “Carne Fraca” – um inquérito que se estendeu por dois anos e foi lançado pela Polícia Federal do Brasil em relação a duas das maiores empresas de transformação de carne do país Brasil (JBS & BRF) em sete dos principais Estados brasileiros produtores de carne de bovino – suscitou grande preocupação. O inquérito revelou fraude e corrupção graves neste setor, que está a colocar produtos potencialmente perigosos e fraudulentos na cadeia alimentar e a pôr a saúde dos consumidores europeus em risco.

Os responsáveis pelo inquérito afirmaram que os inspetores federais eram subornados para ignorar a adulteração ou a não validade dos alimentos transformados. Além disso, as autorizações sanitárias e os certificados de exportação foram falsificados. O inquérito revelou ainda que eram utilizados produtos químicos para melhorar a aparência e o cheiro de carnes fora do prazo de validade e que eram misturados produtos menos onerosos à carne. Suscitam igualmente grande preocupação aos consumidores europeus os relatórios que referem o facto de ter sido exportada carne contaminada com salmonelas para a Europa e de ter sido utilizado ácido ascórbico para dissimular a aparência de carne deteriorada.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de bovino e de aves de capoeira. É o maior fornecedor de carne da UE, exportando todos os anos centenas de milhares de toneladas de carne de bovino e de frango para a UE. Os produtores e consumidores europeus esperam que todas as importações de carne cumpram as elevadas normas de qualidade da União aplicáveis aos géneros alimentícios.

1. Pode a Comissão fornecer pormenores sobre as importações destes produtos deteriorados para a UE, especificando o volume de produtos sobre os quais recaem suspeitas e os mercados europeus aos quais foram vendidos?
2. Por que razão não descobriram os controlos europeus esta fraude sistémica que diz respeito a carne adulterada introduzida no mercado da UE? Que conselhos dá a Comissão aos Estados-Membros em termos de reforço dos controlos na sequência destas revelações?
3. Dado que este escândalo suscita preocupações em matéria de segurança alimentar, qual será o impacto destas revelações nas negociações comerciais em curso com os países do Mercosul? Não será a altura de rever as negociações e de retirar a carne da agenda das negociações comerciais?

Debate: 3/04/2017

Roaming: PE vota limites máximos para os mercados grossistas

As regras que limitam o valor que os operadores de redes móveis podem cobrar uns aos outros quando alguém faz chamadas, envia mensagens de texto ou navega na Internet noutro país da UE vão ser votadas pelos eurodeputados na quinta-feira. Esta reforma do mercado grossista de itinerância é o ato legislativo que falta para que as taxas de “roaming” pagas pelos consumidores possam ser abolidas em 15 de junho deste ano.

Os limites máximos aplicados nos mercados grossistas visam permitir que os operadores ofereçam aos seus clientes serviços de itinerância (“roaming”) isentos de sobretaxas sem aumentarem os preços no mercado interno. Deverão também permitir que os operadores nos países visitados possam recuperar os custos sem aumentar os preços de retalho nos respetivos mercados nacionais.

As novas regras, já acordadas entre o PE e o Conselho, limitam o valor que os operadores podem cobrar uns aos outros pela utilização das redes. Os limites máximos serão de 0,032 euros por minuto para as **chamadas vocais**, em vez dos atuais 0,05 euros por minuto, e de 0,01 euros por **mensagem escrita** (SMS), o que representa uma descida de um cêntimo.

A tarifa máxima aplicada aos **dados** móveis baixará, em 15 de junho deste ano, do atual limite máximo de 50 euros por “gigabyte” (GB) para 7,7 euros por GB, continuando em seguida a diminuir de forma escalonada: a partir de 1 de janeiro de 2018, a tarifa máxima será de 6 euros por GB, a partir de 2019 de 4,5 euros por GB, a partir de 2020 de 3,5 euros por GB, a partir de 2021 de 3 euros por GB e a partir de 2022 de 2,5 euros por GB.

A utilização de dados tem vindo a aumentar exponencialmente nos últimos anos e prevê-se que tal continue a acontecer. Esta reforma permitirá que os consumidores disfrutem mais da utilização de dados e do acesso a conteúdos audiovisuais quando viajem para outros países da UE.

O novo regulamento para os mercados grossistas deverá entrar em vigor até ao dia 15 de junho, para que as taxas de “roaming” a nível retalhista possam ser abolidas nessa data.

Debate: 5/04/2017

Votação: 6/04/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relatora: Miapetra Kumpula-Natri (S&D, FI)

Isenção de vistos para os cidadãos ucranianos

Os cidadãos da Ucrânia vão ficar isentos da obrigação de visto para estadas de curta duração na UE, de acordo com um regulamento já negociado com o Conselho que vai ser votado no Parlamento Europeu na quinta-feira. A isenção aplica-se aos ucranianos que sejam titulares de passaportes biométricos e que viajem para a UE por um período máximo de 90 dias por cada período de 180 dias, por exemplo, para visitar familiares, em turismo ou negócios. Estas regras deverão ser aplicáveis a partir de junho.

A liberalização dos vistos inscreve-se no contexto de uma parceria cada vez mais estreita entre a Ucrânia e a UE. Este país é um dos principais parceiros da União no âmbito da Política Europeia de Vizinhança e da Parceria Oriental.

“Tanto a UE como a Ucrânia aspiram a estreitar substancialmente as relações com base nos princípios de associação política e de integração económica. A supressão da obrigação de visto para os cidadãos da Ucrânia titulares de passaportes biométricos constituirá uma realização concreta desta aspiração partilhada e do compromisso assumido pelo povo ucraniano no sentido de garantir a paz, a estabilidade e uma trajetória europeia e reformista no seu país”, disse a relatora do PE, Mariya Gabriel (PPE, BG).

O diálogo sobre a liberalização de vistos entre a UE e a Ucrânia teve início em outubro de 2008. No final de 2015, a Comissão Europeia concluiu que o país tinha cumprido todos os critérios de referência do plano de ação para a liberalização dos vistos, tendo apresentado uma proposta para a isenção de vistos em abril do ano passado.

O PE e o Conselho chegaram a acordo sobre a proposta em fevereiro, depois de terem negociado a revisão do chamado “[mecanismo de suspensão](#)”, que permite repor a obrigação de vistos a nacionais de países terceiros em certas condições, como em caso de aumento substancial da migração irregular.

O Reino Unido e a Irlanda não estão sujeitos à aplicação destas medidas, em conformidade com os protocolos anexos aos Tratados da UE. O regime de vistos destes Estados-Membros continua sujeito às respetivas legislações nacionais.

A Ucrânia já isenta todos os cidadãos da UE da obrigação de visto para estadas até um ano.

Debate: 5/04/2017

Votação: 6/04/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relatora: Mariya Gabriel (PPE, BG)

Mais informação

[Relatório sobre a proposta que altera o regulamento que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países cujos nacionais estão isentos dessa obrigação](#)

Juntos para dar resposta aos fluxos de refugiados e migrantes

Os movimentos de refugiados e migrantes exigem uma abordagem multilateral baseada em soluções coordenadas e na antecipação de possíveis crises futuras, diz um relatório de duas comissões parlamentares que vai ser debatido na terça-feira e votado no dia seguinte. Os eurodeputados saúdam a campanha “Together”, lançada pela ONU para reduzir as perceções e as atitudes negativas em relação aos refugiados e migrantes, instando as instituições da UE a cooperarem com a ONU em apoio desta campanha.

O relatório das comissões parlamentares dos Assuntos Externos e do Desenvolvimento, intitulado “Enfrentar os movimentos de refugiados e de migrantes: o papel da ação externa da UE”, apela a um regime de governação multilateral aplicável à migração internacional e a uma cooperação mais estreita entre a UE, os organismos especializados das Nações Unidas, os bancos de desenvolvimento e outros atores.

Os eurodeputados defendem também a participação do Parlamento Europeu na elaboração dos pactos em matéria de migração com países terceiros e no controlo da sua aplicação.

O documento salienta que “a migração internacional pode contribuir para o desenvolvimento socioeconómico, como já aconteceu no passado, e que a narrativa a este respeito deve ser positiva e promover uma verdadeira compreensão objetiva da questão e dos benefícios mútuos, a fim de combater os discursos xenófobos, populistas e nacionalistas”.

Os eurodeputados saúdam a [campanha “Together”](#), lançada pela ONU para reduzir as perceções e as atitudes negativas em relação aos refugiados e migrantes, e instam as instituições da UE a cooperarem plenamente com as Nações Unidas em apoio desta campanha.

O relatório sublinha ainda a necessidade de adotar políticas, a nível mundial, europeu, nacional e local, que “tenham uma perspetiva a médio e longo prazo e não sejam exclusivamente ditadas por pressões políticas imediatas ou considerações eleitorais nacionais”. Essas políticas devem ter por objetivo “regular a migração como um fenómeno humano normal” e abordar as preocupações em matéria de gestão das fronteiras, de proteção social dos grupos vulneráveis

e de inclusão social dos refugiados e migrantes.

Em 2015, um número sem precedentes de 65,3 milhões de pessoas – incluindo 40,8 milhões de pessoas deslocadas internamente e 21,3 milhões de refugiados – continuavam a estar deslocadas à força devido a conflitos, violência, violações dos direitos humanos, violações do direito internacional humanitário e desestabilização, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Debate: 4/04/2017

Votação: 5/04/2017

Processo: relatório de iniciativa

Relatores: Agustín Díaz de Mera (PPE, ES) e Elena Valenciano (S&D, ES)

#JoinTogether

Mais informação

[Relatório sobre o tema “Enfrentar os movimentos de refugiados e de migrantes: o papel da ação externa da UE”](#)

Discurso do ódio, populismo e notícias falsas nas redes sociais

As respostas da UE ao discurso do ódio, ao populismo e às notícias falsas ("fake news") nas redes sociais vão ser tema de debate na quarta-feira, a partir das 15h00. O novo Regimento do PE, que entrou em vigor em janeiro, estabelece que, em cada período de sessões, o projeto de ordem do dia pode prever um ou dois períodos com uma duração de, pelo menos, 60 minutos para debater temas da atualidade que sejam importantes para a política da UE.

Todos os grupos políticos têm o direito de propor a realização de pelo menos um debate por ano sobre um [tema da atualidade da sua escolha](#). A Conferência dos Presidentes deve assegurar uma repartição justa do exercício desse direito entre os grupos políticos.

Debate: 5/04/2017

Óleo de palma não deve ser utilizado para produzir biodiesel

Os eurodeputados vão pedir à Comissão que tome medidas para eliminar gradualmente, de preferência até 2020, a utilização de óleos vegetais que são uma causa de desflorestação, incluindo o óleo de palma que é utilizado na produção de biodiesel. O relatório da comissão parlamentar do Ambiente nota que 46% das importações totais de óleo de palma para a UE se destinam à produção de biodiesel e que isto implica a utilização de cerca de um milhão de hectares de solos tropicais.

Os parlamentares propõem também um regime único de certificação para o óleo de palma que entra na UE, bem como outras medidas para dar resposta aos impactos ambientais da produção insustentável de óleo de palma, como a desflorestação e a destruição de habitats.

A Malásia e a Indonésia são os principais produtores de óleo de palma, com uma produção mundial estimada em 85-90%. A cultura de óleo de palma está a ganhar terreno noutros países da Ásia, mas também na África e na América Latina, onde estão a ser constantemente criadas novas plantações e as superfícies existentes têm vindo a aumentar.

De acordo com as estimativas, a procura de óleo de palma duplicará até 2050.

Debate: 3/04/2017

Votação: 4/04/2017

Processo: relatório de iniciativa

Relatora: Kateřina Konečná (CEUE/EVN, CZ)

Mais informação

[Relatório sobre o óleo de palma e a desflorestação das florestas tropicais](#)

Outros assuntos em destaque

Revisão do Quadro Financeiro Plurianual / Schengen / Tráfico de seres humanos

- **Revisão do Quadro Financeiro Plurianual para o período de 2014-2020** - debate na terça-feira e votação de uma recomendação na quarta-feira
- **Aplicação, na República da Croácia, das disposições do acervo de Schengen sobre o Sistema de Informação de Schengen** - votação de um relatório de Nuno Melo na quarta-feira
- **Tráfico de seres humanos** - pergunta à Comissão e debate na segunda-feira
- **Dados pessoais: Proteção dada pelo “Escudo de Privacidade” UE-EUA** - debate na quarta-feira e votação de uma resolução na quinta-feira